



Vai fazer diferença

Nos últimos anos, o verbete sustentabilidade passou a frequentar o cotidiano das pessoas, tantas são as citações que encontramos nos mais diversos segmentos. O fato pode ser explicado pela consciência de que os recursos planetários são finitos; no entanto, o ser humano não pode interferir prejudicialmente nos ciclos naturais, privando as gerações futuras de sua assistência.

A primeira ocorrência dessa preocupação foi registrada em 1972, quando o Clube de Roma publicou o relatório "Limites do crescimento". Mas especialistas apontam que a primeira pessoa a utilizar o termo foi a ex-primeira-ministra norueguesa Gro Brundtland, em 1987, na condição de presidente de uma comissão da ONU, no livreto intitulado *Our Common Future*. Ela afirmou que "o desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as próprias necessidades".

Nesse sentido, cumpre esclarecer que a abrangência da sustentabilidade alcança qualquer empreendimento humano, podendo ser um país e até mesmo uma família. Mas, para receber essa credencial, precisa ser ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

A construção civil, que tem vivido recentemente uma fase frutífera, cujos aumentos nos ganhos, valorização de seus profissionais e expansão do mercado retratam parte desta realidade, deve estar atenta às demandas da sociedade na qual está inserida, especialmente por se tratar de uma atividade de transformação, caracterizando-se como um dos setores que mais consomem recursos naturais e gera grandes quantidades de resíduos.

Como as questões ambientais têm ocupado, gradativamente, cada vez mais espaço nos problemas dos países – desenvolvidos ou não –, essa quantidade de resíduos deixada por construções, cerca de cinco vezes maior do que de outros setores, tornou-se um dos centros de discussões da sustentabilidade.

Na cidade de Belo Horizonte, já é possível observar parte dos resíduos das construções sendo destinada a obras populares ou de caráter público, possibilitando a substituição de matérias-primas tradicionais. Existem

algumas ações, como o uso de tintas sem solvente e materiais menos agressivos de forma geral, que têm melhorado a qualidade do ar e do espaço interno. É possível observar também a redução de desperdícios com água e energia, como uso mais consciente dos sistemas de ar-condicionado, a inibição do uso desnecessário e simultâneo dos elevadores e a utilização de energia solar. São práticas que podem fazer uma grande diferença e começam a ser implementadas.

Dessa forma, empreendimentos que se baseiam nessas premissas e se enquadram nesse conceito devem resultar em impactos positivos nos grupos humanos por eles afetados, não só agora, mas também no futuro. Embora pesquisas recentes indiquem aumento de cerca de 5% nos gastos no processo de construção, caso sejam feitos investimentos em sustentabilidade, a economia a

médio e longo prazo gira em torno de 30% nos gastos com água e energia. Isso mostra como são compensados os gastos extras.

Esse é um diferencial que começa a distinguir as construções ambientalmente responsáveis. Os critérios utilizados para avaliar os empreendimentos sustentáveis são aqueles reunidos em um tripé, denominado por alguns como os 3 pês, definido pelo consultor inglês John Elkington como *Planet, People and Profit* (planeta, pessoas e lucro). O foco,

assim, se concentra no meio ambiente e nas pessoas, sem abandonar a preocupação com a viabilidade econômica do projeto.

O caminho para a credibilidade passa também pelo processo de certificação, como, por exemplo, a obtenção do certificado Leadership in Energy and Environmental Design (Leed), emitido pela organização United States Green Building Council, que caracteriza uma empresa como preocupada com a situação do planeta e passa esta imagem para o público.

Mas uma legislação mais clara e a desburocratização são, a meu ver, as etapas fundamentais para uma construção civil cada vez mais alinhada com as necessidades do nosso mundo. O Comitê Brasileiro de Construção Saudável (CBCS) é uma alternativa necessária para que os padrões brasileiros sejam mais bem entendidos e aproveitados.

“Caso sejam feitos investimentos em sustentabilidade, a economia a médio e longo prazo gira em torno de 30% nos gastos com água e energia”